



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

1-Reintegração familiar como resistência no acolhimento familiar de Uberaba

Family reintegration as a praxis of resistance: experience report in the family foster care service of Uberaba/MG

Leiliane da Silva Bernardes¹

Eixo Temático: Políticas públicas, infância, adolescência e juventude. número do Eixo Temático-nome do Eixo Temático

2-Introdução

O presente relato de experiência parte do trabalho desenvolvido no Serviço de Acolhimento Familiar do município de Uberaba/MG e tem como objeto a construção do Eixo 5 – Reintegração Familiar do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PMCFC. Com base no método do materialismo histórico-dialético, a experiência é analisada a partir das categorias de totalidade, historicidade e mediação (BOURGUIGNON, 2006), buscando compreender como as contradições do modo de produção capitalista incidem sobre a capacidade protetiva das famílias e a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

O processo de reintegração familiar exige mais do que planejamento técnico: requer uma análise crítica da realidade vivida pelas famílias e das condições estruturais que determinam sua trajetória de desproteção. É nesse contexto que o plano foi construído coletivamente por profissionais da rede socioassistencial, em diálogo com as famílias, os serviços e o poder judiciário, tendo como horizonte a superação das práticas punitivas e moralizantes que historicamente marcaram a infância

¹ Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Uberlândia - MG. Especialista em Políticas Sociais e Questão Racial pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Paulista – Júlio de Mesquita Filho – câmpus Franca/SP, Bacharel em Serviço Social pela UNIPAC MG - (2010). Assistente social da Prefeitura Municipal de Uberaba – MG em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Unesp –Franca, Pós-Graduada em Política Social e Questão Racial pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM, Pós-Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Bacharel em Serviço Social. Email: leiliane.s.bernardes@unesp.br.

empobrecida e racializada.

3-Desenvolvimento

A metodologia adotada para construção do Eixo 5 seguiu um percurso dialético, vinculado à realidade concreta e guiado por três princípios: participação coletiva, análise crítica da totalidade social e escuta ativa das experiências vividas. Foram realizadas reuniões mensais com a rede intersetorial desde 2022, mapeamento das vulnerabilidades e potencialidades do município, redação do documento com base em literatura crítica, e posterior revisão técnica e devolutiva social.

O relato se constrói a partir da observação participante e do engajamento direto na linha de frente do serviço. Considerou-se como fonte empírica os estudos diagnósticos prévios, pareceres técnicos, fluxos institucionais, dados do acolhimento entre 2018 e 2023 e as contribuições da formação continuada e disciplinas eletivas em universidades públicas (UFTM e UNESP), que fomentaram o debate crítico e racializado sobre as práticas de proteção.

Sob a lógica do capital, o trabalho de cuidado — majoritariamente realizado por mulheres, em especial as negras — é invisibilizado, precarizado e desvalorizado. As tarefas domésticas e afetivas não são reconhecidas como trabalho, o que implica diretamente na responsabilização unilateral da mãe pelos afastamentos, conforme apontam Berberian (2019) e Saffioti (1987). A ausência de leitura interseccional por parte de algumas equipes agrava as violências institucionais, ao operar intervenções que reforçam o racismo, o sexismo e a culpabilização.

O materialismo histórico permite identificar que as causas do acolhimento não se restringem ao “desvio” familiar, mas à contradição estrutural entre a reprodução da força de trabalho e a lógica neoliberal de corte de direitos sociais (TEIXEIRA, 2002). A reintegração só pode ser efetiva se ancorada em políticas públicas que reconheçam essa totalidade e atuem na mediação das condições objetivas e subjetivas das famílias, respeitando sua cultura, território e pertencimento.

A elaboração do plano mobilizou o reconhecimento da família extensa e comunitária como possibilidades legítimas de cuidado, desde que acompanhadas por planejamento, escuta e apoio técnico. A intersetorialidade e a articulação do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA) se mostraram fundamentais para o êxito do processo.



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

4-Considerações Finais

A experiência vivida na elaboração do Eixo Reintegração Familiar expressa uma práxis crítica e comprometida com a transformação social. Foi possível compreender que a reintegração familiar não é um retorno linear, mas um movimento político e pedagógico que exige compromisso ético com a reconstrução dos laços afetivos, o combate às desigualdades e o fortalecimento da cidadania das famílias negras e empobrecidas.

Dessa forma, a ausência ou fragilidade de acesso à Assistência Social, à Segurança Alimentar, ao Trabalho, à Renda, à Moradia, à Educação e à Saúde são elementos fundantes da trajetória de muitas crianças e adolescentes encaminhados aos serviços de acolhimento. A superação dessas ausências deve ser compreendida como parte de um processo de reconstrução dos vínculos familiares e de promoção da cidadania.

A totalidade da realidade social brasileira exige que a reintegração familiar seja tratada como direito e não como concessão. É preciso esperar, como nos ensina Paulo Freire: não esperar passivamente, mas lutar, construir, resistir. O Plano de Convivência Familiar e Comunitária de Uberaba representa esse movimento de resistência, de denúncia e de proposição — um instrumento vivo, escrito por diversas mãos negras, femininas e periféricas que se recusam a naturalizar a dor e a exclusão.

5-Referências Bibliográficas

- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. *Emancipação*, v. 6, n. 1, p. 41–52, 2006.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90. Brasília: Senado Federal, 1990.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987.
- BERBERIAN, Ana Paula. Cuidado e invisibilidade: o cotidiano das mulheres mães nos serviços de acolhimento. *Revista Katálysis*, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra, 2014.
- TEIXEIRA, Ana Maria. Desafios do SUAS frente à lógica neoliberal. *Serviço Social & Sociedade*, n. 71, 2002.